

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/03/2022- 09h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Ana Lucia Brasil (T)
	Roseane M. Garcia Lopes de Souza (S)
	Sônia Maria Nogueira e Silva (S)
AFOCAPI	Rodrigo Cristofolletti (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Luis Cláudio de Assis (T)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
	Henrique Bellinaso (S)
CMDR - Rio Claro	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
COPLACANA	Rodrigo Cristofolletti (S)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
Instituto Terra Mater	Álvaro Luz Alves Coutinho (T)
IP/APTA	Simone Raymundo Oliveira (T)
IPÊ	Paulo Roberto Ferro (S)
IZ/APTA	Simone Raymundo Oliveira (T)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)
P.M. de Itatiba	Ricardo Pires Staninger (T)
P.M. de Jarinu	Marcos Rogério de Moraes Monteiro (T)
	Gabriela Alves Ribeiro (S)
P.M. de Limeira	Vitor Oliveira Bragotto (S)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
	Denis Herisson da Silva (T)
SAA	Henrique Bellinaso (S)
	Luis Cláudio de Assis (T)
SANASA	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
	Maitê de Souza Sandoval (T)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (T)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (T)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)
UNICA	André Elia Neto (S)
UNICAMP	Alfredo Borges de Campos (T)
	Adriano Luiz Tonetti (S)
Membros ausentes	
Entidade	
CISBRA	
IAC	
Instituto Agir Ambiental	
Mackenzie - Campinas	

P.M. de Atibaia
P.M. de Campinas
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Jaguariúna
P.M. de Louveira
P.M. de Salto
P.M. de Socorro
P.M. de Toledo
Pró-Flor Atibaia
Rotary International - D4590
SEMAE
Sindicato Rural de Atibaia
Sindicato Rural de Bragança Paulista
Sindicato Rural de Indaiatuba
Sindicato Rural de Itu
Sindicato Rural de Jundiá
Sindicato Rural de Piracicaba
Sindicato Rural de Salto
SINMEC
Terceira Via
UNICAMP/FEAGRI

Membros ausentes com justificativa	
Sindicato Rural de Campinas	
Sindicato Rural de Monte Mor	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruno Aranda
	Rebeca Silva
	Suzana Darahem
	Taina Moura
	Kaique Barreto
	Ivan Gerdzijauskas
JLF Consultoria e Projetos Agro Ambientais	Marina Barbosa
JLF Consultoria e Projetos Agro Ambientais	José Luiz Fontes

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 18 de março de 2022. **1. Abertura da 146ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL):** A abertura da 146ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/03/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum em segunda chamada para o início da reunião. **2.**

Informes. 2.1. da Coordenação da CT-RURAL:

a) O Sr. Baraldi informou do falecimento do Sr. Eduardo Yoshimi Fukano, ex-presidente do Sindicato Rural de Piedade/SP, que dentre suas atividades, atuou significativamente na divulgação da outorga no meio rural; **b)** O Sr. Baraldi solicitou que todos os membros se planejem para participar da *webinar* “O Produtor Rural como produtor de água” que está programado para acontecer no mês de julho/22 e que em breve receberão mais informações. O Sr. Denis Herisson solicitou que quem possuir bons contatos de palestrantes sobre o tema que encaminhem os contatos para o e-mail da CT-Rural. **2.2. dos coordenadores de GT:** **a)** O Sr.

Denis Herisson da Silva, representante da CATI/SAA e coordenador do GT-Mananciais, convidou a todos para participarem da 60ª Reunião do GT-Mananciais, a ser realizada no dia 01/04/22, onde haverá maiores informações acerca da assinatura do Protocolo de Intenções até 2025 entre a Agência PCJ e a SAA-SP e será analisado também o projeto de financiamento proposto para o Edital da Política de Mananciais pelo município de Piracaia/SP. **2.3. dos Membros:** **a)** O Sr. Baraldi passou a palavra para o Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, que realizou a apresentação “Resultados do Projeto Piloto de Holambra: soluções baseadas na natureza”. O Sr. Petrus relatou o trabalho realizado como construção de barraginhas para controle de erosão de estradas rurais e infiltração de água no solo. Apresentou também a construção de curvas de nível em áreas de culturas anuais como a soja. Apresentou também imagens de solos protegidos pela manutenção da palhada da cultura anterior no

solo em áreas de cultivo de milho. Na sequência apresentou imagens da estrutura de tratamento de esgoto do tipo “*wetland*” instalado para tratar efluentes de escola rural municipal e comunidade do entorno. Apresentou o resultado da restauração de nascentes do Rio Borda da Mata e áreas com replantio de mudas nativas, contribuindo para o manancial de abastecimento do município; **b)** O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE Rio Claro e P.M. de Rio Claro/SP, convidou a todos para participarem da *webinar* “Perspectivas para o Avanço do Saneamento Rural no Estado de São Paulo”, que foi organizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES-SP) e que acontecerá no dia 07/04/2022, entre 15h e 17h30, e será transmitido pela plataforma do *Youtube*. O Sr. Miguel destacou que o Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência PCJ participará e que ele também atuará na mediação e que este evento contará com apoio de outros representantes dos Comitês PCJ; **c)** O Sr. Miguel também destacou o trabalho de organização do Plano Municipal de Saneamento Rural do município de Rio Claro/SP, um dos oito Planos aprovados para financiamento por meio da cobrança pelo uso da água nas Bacias PCJ. O Sr. Miguel informou que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (FEHIDRO) já comunicou a Prefeitura para assinar o contrato, o que possibilita iniciar a licitação dentro do período de 180 (cento e oitenta) dias; **d)** O Sr. Miguel destacou também que o trabalho está sendo realizado para a construção do Projeto e financiamento a fim de elaborar os Planos Integrais da Propriedade (PIP) para propriedades rurais do município de Rio Claro/SP, o que possibilitará mais investimento na proteção dos mananciais de interesse no Plano das Bacias PCJ. A Sra. Melissa Pin Lucheti Sampaio, representante da CMDR - Rio Claro, destacou o trabalho realizado e o esforço para que todas as propriedades integrantes das áreas prioritárias sejam incluídas no Programa de Proteção dos Mananciais das Bacias PCJ. **2.4. da**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/03/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Secretaria Executiva dos Comitês PCJ: Na sequência, o Sr. João Baraldi passou a palavra a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio à Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para realizar os Informes: **a)** Alteração de representantes na CT-Rural: a Sra. Rebeca Silva informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante do membro UNICAMP solicitando a inclusão do Sr. Adriano Luiz Tonetti como seu representante suplente. Como essa alteração é de uma entidade já participante, a Sra. Rebeca destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: a Sra. Rebeca Silva salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo link <<https://capacitacao.ead.unesp.br/>> e do Capacita-SIGRH pelo link <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>, e reforçou que há a possibilidade de realizá-la em outras instituições também. Solicitou que os representantes que concluírem os cursos, que encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2022, para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação de seus membros para obtenção de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês); **c)** Foram informadas as próximas reuniões agendadas dos Comitês PCJ, cuja participação não é obrigatória, sendo: a 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada no dia 31/03/22, às 09h e a 57ª Reunião Extraordinária da CT-PL, a ser realizada no dia 06/05/22 às 9h. Ambas as reuniões terão transmissão ao vivo no YouTube com link a ser disponibilizado na agenda de reuniões do sítio eletrônico dos Comitês PCJ. **3. Aprovação da Ata da 145ª Reunião Ordinária, realizada em 04/02/2022:** O Sr. João Baraldi informou que a minuta de ata da 145ª Reunião Ordinária da CT-

Rural, realizada em 04/02/2022, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou aos membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. O Sr. Denis Herisson solicitou que fosse atualizada a sua entidade que deixou de ser Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) e retornou para Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) após regulamentação do Governo de São Paulo. Assim, colocou em apreciação a minuta de ata que foi aprovada por unanimidade com a alteração solicitada. **4. Palestra sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):** O Sr. João Baraldi convidou o Sr. José Luiz Fontes, que é engenheiro agrônomo aposentado pela CATI/SAA de Campinas/SP e diretor da JLF Consultoria e Projetos Agro Ambientais para realizar a apresentação “Pagamentos por Serviços Ambientais”. O Sr. José agradeceu a oportunidade e apresentou a evolução histórica das legislações acerca do tema destacando as primeiras inserções do tema no Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, no inciso I do art. 41, chegando até a Lei nº 14.119 de 13/01/2021 que instituiu a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA). O Sr. José destacou os serviços ecossistêmicos que são definidos como “todas as funções cumpridas pela natureza que, direta ou indiretamente interferem em nossas vidas de forma positiva e são tidas como serviços ecossistêmicos prestados à humanidade”. Definiu também o PSA como a “valoração e a remuneração das ações positivas que são as funções da natureza que podem ser preservadas, aprimoradas ou restauradas pela ação humana, na busca pela manutenção de condições ambientais adequadas à vida no planeta”. Depois apresentou o histórico das iniciativas realizadas no estado de São Paulo, como nos municípios de Joanópolis/SP e Nazaré Paulista/SP nas Bacias PCJ, que teve seu documento inicial assinado no ano de 2006, sendo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/03/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

executado entre 2011 e 2015. Apresentou o PSA como possibilidade de ação integrante do Programa de Recuperação Ambiental (PRA) no estado de São Paulo, conforme definido em legislação estadual. O Sr. José explicou que para a propriedade ser elegível para receber recursos do PSA são as propriedades inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de acordo com o Programa Federal de Pagamentos por Serviços Ambientais (PFPSA). Informou que essas propriedades poderão receber assistência técnica e capacitação para a promoção dos serviços ambientais e para a definição da métrica de valoração, de validação, monitoramento, verificação e de certificação dos serviços ambientais. Informou sobre a instituição da emissão de Cédula de Produto Rural (CPR), que foi regulamentada pelo Decreto nº 10.828 de 10/10/2021 e que possibilita a emissão de CPRs para redução de emissões de gases de efeito estufa; manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal; redução do desmatamento e da degradação de vegetação nativa; conservação da biodiversidade; conservação dos recursos hídricos; conservação do solo; ou outros benefícios ecossistêmicos. Informou também que no dia 07/03/2022 foi publicado o Decreto nº 66.549 que regulamentou a Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais e o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais no estado de São Paulo. A Política estabelece como modalidades de pagamentos o pagamento monetário direto; o fornecimento, direto ou por ressarcimento, de sementes, mudas, insumos, materiais, equipamentos e serviços para a proteção e restauração de vegetação nativa e recuperação de áreas degradadas; as subvenções e incentivos tributários, previstos em lei; a prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; o fornecimento de apoio técnico, operacional e financeiro para a gestão ambiental; a conservação e fiscalização de Unidades de Conservação da Natureza; e a equalização parcial ou integral de taxas de juros e alongamento de prazos

de carência e de pagamento em financiamentos concedidos no âmbito da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, nos termos da legislação aplicável. Informou que o Decreto estabelece 12 (doze) fontes para o PSA no estado de São Paulo, desde recursos orçamentários até empréstimos e doações recebidas pelo Poder Público. O Sr. Baraldi agradeceu a apresentação e abriu aos demais membros para dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, agradeceu a explanação e defendeu a importância do produtor entender-se como um fiel depositário da água da chuva que cai em sua propriedade e a importância de protegê-la para a sociedade atual e futura. O Sr. Baraldi destacou a importância da oferta da extensão rural para o produtor como passo importante que antecede ao processo de PSA e recomendou aos demais conhecerem o Programa “Água Boa” realizado pela empresa Itaipu Binacional com 51 (cinquenta e um) municípios a montante e no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica. O Sr. José concordou com os apontamentos e reforçou a importância de se entender a assistência técnica não como uma possibilidade, mas como um direito do produtor e como necessidade pública para garantir o desenvolvimento sustentável do meio rural. O Sr. Baraldi agradeceu e deu prosseguimento na pauta da reunião. **5. Termo de Cooperação entre a SAA e a Agência das Bacias PCJ:** Na sequência, o Sr. João Baraldi convidou a Sra. Marina Barbosa, assessora da Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ e o Eng. Henrique Bellinaso, representante da CATI/SAA para explicarem sobre o Protocolo de Intenção assinados. O Sr. Baraldi retificou que na pauta estava escrito Termo de Cooperação e que o instrumento assinado foi um Protocolo de Intenções. A Sra. Marina agradeceu a oportunidade e informou que o Protocolo de Intenção assinado entre a Agência PCJ e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/03/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

tem como objetivo o desenvolvimento de ações conjuntas visando a proteção de mananciais nas Bacias PCJ, no contexto da Política de Proteção aos Mananciais e dos Programas realizados pela SAA/SP e é a segunda experiência, sendo que a primeira foi realizada entre os anos de 2015 e 2020 que envolveram atividades realizadas no município de Holambra/SP. O horizonte do novo protocolo vai de 2022 a 2025 e na sequência será formalizada a conclusão do Plano de Trabalho e a reativação do calendário das reuniões entre as instituições, por meio de Grupo Técnico denominado de GT-SAA. Os temas a serem trabalhados pelo GT são a conservação de solo e água, ações de Saneamento Rural (abastecimento de água, esgotamento sanitário), produtividade e sustentabilidade econômica, integração de dados e bases (LUISA, LUPA, e demais informações da Agência das Bacias PCJ e da SAA-SP), adequação ambiental (Cadastro Ambiental Rural -CAR, Programa de Regularização Ambiental - PRA), sistemas agroflorestais (alternativa ao Plano Diretor de Recuperação Florestal - PDRF), boas práticas, e transição agroecológica, o incentivo às práticas de organização coletiva e segurança e comunicação. A Sra. Marina destacou, que no primeiro protocolo, foi envolvida mais atividades de recuperação dos mananciais e que neste segundo protocolo espera-se atuar também em ações de conservação de solo por meio de ações de agricultura sustentável. A Sra. Marina destacou que o GT-SAA, pela Agência PCJ, são compostos pelos Srs. Patricia Barufaldi, Marina Barbosa e Ivan Gerdzjauskas. O Sr. Henrique Bellinaso destacou que está em discussão na CATI quem são os indicados para compor o GT-SAA e que os técnicos estão contribuindo para a construção do Plano de Trabalho.

6. Atualizações e Disponibilidade de Recursos para produtores rurais: Na sequência, o Sr. Baraldi solicitou ao Sr. Henrique Bellinaso que realizasse a apresentação “Linhas de Financiamento FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista”. O Sr.

Henrique explicou que o Fundo está atrelado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo e possui linhas de financiamento para as mais diversas cadeias produtivas, subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e subvenção econômica aos produtores rurais suas Cooperativas e Associações. Depois apresentou as condições para os beneficiários que podem ser tanto produtores rurais pessoas física e jurídica, como cooperativas e associações de produtores rurais. Cada beneficiário pode obter até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) com juros até 2,25% a.a. (dois por cento e vinte cinco décimos ao ano) para os beneficiários adimplentes. As linhas de financiamento estão divididas em quatro linhas: i. Agricultura Sustentável Paulista, ii. Produção Animal Sustentável Paulista, iii. Aquicultura e Pesca Sustentável Paulista e iv. Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista. O Sr. Henrique informou que os interessados podem procurar mais informações e orientações técnicas na CATI mais próxima de sua propriedade. O Sr. Henrique apresentou as regras para o prêmio de seguro rural e informou que os interessados podem buscar seus corretores de seguros e requisitar maiores informações. Quanto ao projeto Integra-SP – “Berços D’Água/Radge” e Projeto “Matas Ciliares”, o produtor pode obter subvenção econômica de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para controle de voçorocas e erosão do solo, sendo que este programa está em fase de regulamentação e posteriormente, maiores informações poderão ser oferecidas. O Sr. Baraldi agradeceu a apresentação e abriu aos demais membros para dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Baraldi questionou se o Fundo pode subvencionar limpezas de nascentes. O Sr. Henrique informou que o Fundo não completa esse tipo de serviço e reforçou a importância de que qualquer intervenção em Área de Preservação Ambiental (APP) deve passar previamente por processo de licenciamento ambiental na Companhia Ambiental do Estado de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/03/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

São Paulo (CETESB). O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE Rio Claro e PM de Rio Claro/SP, questionou se os projetos de financiamento rural demandam ações de fiscalização. O Sr. Henrique informou que ocorre a fiscalização, por meio de amostragem, onde o produtor é visitado para verificar se o objeto ou serviço financiado foi adequadamente adquirido e está sendo usado ou executado como identificado no projeto. **7. Espaço aberto para perguntas e demais informes:** O Sr. Baraldi questionou se os membros tinham algum questionamento e a Sra. Ana Lucia Brasil, representante da ABES-SP, questionou se as apresentações poderiam ser disponibilizadas para os demais sendo aprovado pelos palestrantes. O Sr. Baraldi solicitou para a equipe da SE/PCJ para enviar aos membros posteriormente as apresentações. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Denis Herisson da Silva
Coordenador-adjunto da CT-Rural